

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**GT 4 - CONFLITOS AMBIENTAIS, PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO
E IDENTIDADES SOCIAIS**

**“ISSO É COISA DE AMERICANO”:
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, REPRESENTAÇÕES E CONFLITOS NO
ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS, GO.**

**LORENA CÂNDIDO FLEURY¹
JALCIONE ALMEIDA²**

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). E-mail: lorena.fleury@ufrgs.br .

² Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Pesquisador CNPq. E-mail: jal@ufrgs.br .

Introdução

O presente artigo tem como foco central a reflexão acerca das reconfigurações nas dinâmicas sociais em áreas sujeitas a regulações do uso do meio natural com fins de conservação ambiental, particularmente no entorno de áreas protegidas, bem como os conflitos decorrentes dessas regulações. Essa reflexão emerge do contexto de que, embora presente em outros momentos da história da humanidade, a temática ambiental assume na atualidade uma configuração nova, capaz de mobilizar ações e interesses específicos, fazendo parte do universo de significação de grande parcela da população (CARVALHO, 2001; FLORIT, 2003; AUDIBERT, 2004). Assim, desde o final do século XIX, mas, sobretudo, nas últimas décadas do século XX, a proteção de áreas para fins de preservação de ambientes naturais constitui-se em uma das principais estratégias empregadas em grande escala no âmbito global com o objetivo de viabilizar a preservação de ambientes significativos e do patrimônio ambiental do planeta.

Via de regra, essa proteção se dá mediante a delimitação de unidades de conservação³ (UCs), que se constituem em áreas que dispõem de status jurídico específico, e cujo volume e diversidade registram crescimento nas últimas duas décadas, seja por força de lei, seja por iniciativas públicas e privadas, constituindo-se em uma das manifestações de ação ambiental de maior visibilidade pública. Tais UCs apresentam estruturas institucionais específicas para sua gestão e uma crescente regulamentação de sua implantação e operação (AUDIBERT, 2004). No entanto, apesar da concepção subjacente à implementação de UCs de vislumbrá-las como “ilhas” de vida selvagem deslocadas de seus contextos locais, estas de modo geral se situam em um universo maior, o meio rural, em que convivem uma multiplicidade de grupos sociais, interesses e práticas, concorrentes e estreitamente relacionados. É da tentativa de compreender teoricamente essa pluralidade de interpretações sobre um mesmo espaço e as disputas pela legitimação de lógicas de uso e apropriação do meio natural que se formula este artigo, que corrobora com um esforço coletivo de reflexão e pesquisa que, nos últimos anos, tem aglutinado cientistas sociais de várias instituições e estados da federação.

³ De acordo com a lei 9985/00, que instituiu em julho de 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma unidade de conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000). Estas, ainda de acordo com a lei 9985/00, estariam divididas em dois grupos, as unidades de proteção integral e as de uso sustentável, sendo as primeiras as mais restritivas, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais.

O conjunto dos trabalhos produzidos por esses pesquisadores⁴ identificam-se no compartilhamento da preocupação de construir os conflitos ambientais como objeto epistêmico, mediante a realização de pesquisas empíricas que buscam descrever e explicar situações de conflito ambiental desvelando suas conexões com as dinâmicas mais abrangentes da formação social (CARNEIRO e BARROS, 2006). Para este propósito, o presente artigo visa analisar sociologicamente o processo contemporâneo de difusão da questão ambiental nas esferas públicas, especialmente em situações de conflitos no entorno de UCs, a partir do contexto empírico do Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, e seu entorno, contemplando municípios em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Após pesquisa de campo realizada na área do entorno do PNE, em que foram empregadas técnicas de observação direta, pesquisa documental, associações livres e entrevistas semi-estruturadas com 51 agentes atuantes na área do entorno, representando os principais grupos sociais identificados (representantes do poder público, produtores rurais, agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e população tradicional), foi constatado que, desde o final da década de 1990, essa unidade de conservação – até então considerada uma “ilha de biodiversidade” em meio a matriz agropecuária – tem sido alvo de ações conduzidas por órgãos federais responsáveis pelo meio ambiente e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, de cunho ambientalista, voltadas para a integração do Parque ao seu contexto regional através da conservação. Assim, esses grupos têm se somado aos atores locais, como produtores rurais e populações tradicionais, culminando em uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual lógica deverá ser priorizada.

Ainda, pode-se constatar que, permeando e transcendendo o conflito restrito ao entorno da unidade conservação, há o embate entre os imigrantes provenientes dos estados da região Sul do país, localmente conhecidos genericamente como "gaúchos" e cuja ocupação do Centro-Oeste foi promovida por programas de governo voltados à tecnificação da agricultura que os consideraram como os agentes do desenvolvimento desejável para a região, e goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses, aliados do processo de desenvolvimento conduzido pelo governo por serem considerados inaptos ao

⁴ Vejam-se, entre outros, Zhouiri (2005), Lopes (2004), Acselrad (2004), Acselrad *et al.* (2004), Carneiro e Braga (2003).

modelo a ser implantado. Desde a chegada desses imigrantes até os dias atuais, foram sendo construídos posturas, perfis e sentidos atribuídos ao "ser gaúcho" e, em oposição, outros comportamentos, características e valores foram sendo associados à população local e identificados como um perfil dos agentes nascidos no Centro-Oeste, de forma com que a contraposição entre estes dois perfis se faz sentir, ora de forma velada, ora explícita, sugerindo ser este um aspecto balizador na configuração das identidades sociais e, em decorrência, dos conflitos entre as demandas, lógicas e expectativas dos agentes.

Para se discutir neste artigo a configuração do perfil de *gaúchos* e *goianos* no Centro-Oeste, com seus embates e acomodações historicamente construídos, e os reajustes contemporâneos associados à incorporação da “questão ambiental” às dinâmicas locais, os principais conceitos utilizados são o processo de violência simbólica, tal qual definido por Pierre Bourdieu (2004), e a ambientalização de conflitos sociais, como proposto por Leite Lopes (2004) para designar a interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente” nos conflitos sociais.

Arelado a esses embates, e a partir da análise propiciada pelo arcabouço teórico-metodológico das representações sociais (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 1994) articulado aos estudos acerca dos conflitos ambientais (FUKS, 2001; ACSERALD, 2004, entre outros), percebe-se que, na área de estudo, a representação social da conservação ambiental no entorno do PNE atua como elemento de distinção entre os grupos sociais ali presentes e fator explicativo da heterogeneidade de objetivos e interesses para o espaço comum, explicitada na deflagração do conflito ambiental.

Para empreender esta discussão, a seção seguinte deste artigo irá apresentar as bases teórico-metodológicas a partir das quais se desenvolve a análise das representações sociais acerca da conservação e dos conflitos entre *gaúchos* e *goianos* no entorno do PNE, desenvolvida na seção seguinte. Em seguida, serão apresentadas considerações e conclusões sobre as dinâmicas socioambientais analisadas, sugerindo-se que o despontamento da questão ambiental como vivência coletiva no meio rural do Centro-Oeste brasileiro resulta em uma reconfiguração das dinâmicas locais, no sentido de redistribuir forças e poderes na disputa pela apropriação técnica, cultural e social do ambiente.

Representações sociais e conflitos ambientais: compreendendo teoricamente a diversidade

No entorno do Parque Nacional das Emas, tal qual sumariamente apresentado na introdução, encontra-se uma diversidade de grupos sociais, explicitada – assim como as divergências de interesses dela decorrentes – sobretudo após a revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação. Observa-se, portanto, uma situação em que representantes do poder público, produtores rurais, agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente e populações tradicionais, cada qual com suas respectivas lógicas, olhares e interesses, convivem, definem e disputam os rumos de um espaço que, por pertencer a todos, transcende a cada um.

Tendo em vista esta complexidade, foram considerados como referenciais analíticos o arcabouço teórico-metodológico das *representações sociais* e a contribuição das pesquisas sobre *conflitos ambientais*. O primeiro oferece subsídios para a investigação de como os grupos sociais entendem e praticam – isto é, representam – o meio, e como essas representações atuam como guias para a ação. A partir do segundo compreende-se como as interpretações sobre os objetos de representação podem ser mobilizadas na disputa pela definição dos problemas sociais, além de analisar-se o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos por modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.

Sobre a noção de representação, cabe destacar que esta é considerada uma “noção-chave” das ciências humanas (RUANO-BORBALAN, 1993), já tendo sido abordada e desenvolvida por diversas disciplinas, de acordo com seus pontos de vista e contextos. Enquanto material de estudo, são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. Na presente pesquisa foram adotados os preceitos formulados seminalmente por Serge Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici propõe uma nova abordagem para a análise das representações, situando-as no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Para este autor, as representações são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes. Organizam-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações das pessoas com este mesmo real, reconhecendo que as representações são ao

mesmo tempo geradas e adquiridas: “Não são os substratos, mas as interações que contam” (MOSCOVICI, 1989, p.82).

Como pilares fundamentais dessa formulação estão a originalidade do pensamento coletivo sobre a soma dos pensamentos individuais (herdada do percurso teórico iniciado por Émile Durkheim), a noção de que sujeitos sociais constroem significados e conhecimentos, como sujeitos ativos e produtores (inaugurada pelos estudos de Jean Piaget), e a ideia de que saberes sociais não são desprovidos de afetos (incorporada mediante a influência freudiana). Como consequência epistemológica fundamental, constata-se a quebra das barreiras entre as ciências humanas e sociais: não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com um meio natural, em um momento histórico, e em dadas condições políticas e econômicas.

Neste sentido, assume-se que nesta abordagem o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, orientam as ações e as relações sociais, assentando-se neste aspecto uma de suas principais contribuições aos estudos de dinâmicas socioambientais.

Como elemento para a análise, destaca-se a distinção entre duas classes de pensamento, denominadas *universos reificados* e *universos consensuais*. Os universos reificados são aqueles em que se produzem e circulam o conhecimento científico, da tecnologia e das profissões especializadas, sendo, portanto, bastante circunscritos. Já aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana, em que o novo é incorporado e re-significado, trazido para o senso comum (MOSCOVICI, 1978). Nas sociedades contemporâneas, é a partir desse fluxo do universo reificado para o consensual, com suas inerentes re-significações e interpretações, que novas questões passam a fazer parte da vida cotidiana, tornando o estranho e não-familiar, compreendido e familiar. Mediante esse processo, as informações circulam e permitem que, mesmo em meios não especializados, ou leigos, as pessoas formulem opiniões sobre temas distantes como a transgenia, o aquecimento global, a AIDS e a conservação ambiental, para citar alguns exemplos.

Ainda, as representações sociais sobre esses novos objetos trazidos à vida cotidiana carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses dos grupos sociais chamados a interagir acerca de um objeto comum, veiculando suas divergências e contribuindo para que as respectivas atitudes e disposições a esse objeto sejam reelaboradas. Assim, pode-se considerar que as representações sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais. Contudo, não é sem conflitos que se dá essa mediação. E para aprimorar a compreensão desses conflitos se faz necessário o estudo da corrente teórica que se debruça sobre a análise dos conflitos ambientais.

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26). No caso estudado, do entorno do PNE, essa continuidade está ameaçada tanto do ponto de vista dos ambientalistas, que entendem que a prática agrícola do entorno gera impactos indesejáveis na unidade de conservação, quanto do ponto de vista dos produtores rurais, que proclamam a inviabilidade da manutenção de suas atividades caso a Zona de Amortecimento seja efetivada.

A formulação deste conceito e sua aplicação têm como um de seus pilares a sociologia ambiental praticada pela síntese construcionista de Hannigan (1997), interpretada para a abordagem dos conflitos por Fuks (2000; 2001). Fuks, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, compartilha da perspectiva construcionista de Hannigan e articula-a com o modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner & Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (FUKS, 2000, p.02).

Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agenda, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para o autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros.

Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elementos-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, cabe ressaltar que a abordagem empregada estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade “objetiva” dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo. Além disso, o contexto cultural constitui outro elemento importante na dinâmica responsável pela ascensão de temas na esfera pública. Fuks (2000) argumenta que certos assuntos são favorecidos por sua associação com temas culturais e valores mais amplos e já sedimentados. Dessa forma, valores como “livre mercado”, “propriedade privada” e “progresso” delimitam a disputa em torno da definição de problemas. Portanto, “fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e sua caracterização” (FUKS, 2000, p.06).

Tais fatores ideológicos seriam componentes essenciais do que Fuks denomina *esquemas argumentativos*, utilizados nas arenas públicas de argumentação e debate. Tais esquemas emergentes nas arenas dos conflitos ambientais mobilizam representações sociais, que, por sua vez, exercem pesada influência sobre como estes serão interpretados em determinados contextos, e com que apelo, interferindo na correlação de forças da disputa pela definição do meio ambiente como problema social.

Acselrad (2004) compartilha dessa valorização da dimensão simbólica no estudo dos conflitos ambientais. Segundo este autor, as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais. Portanto, considera que investigar o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos ambientais significa estabelecer as condições de instauração de *princípios de referência* evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente. Tais princípios assim definidos também se inscrevem no conjunto de valores, temas culturais, pacotes interpretativos, em suma, representações, mobilizadas em arenas de conflito.

Nessa perspectiva, os conflitos ambientais devem ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do

território. Ambos são, então, considerados espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. Ainda de acordo com Acselrad (2004), no primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

Adotando-se como ponto de partida esse referencial teórico, tornou-se possível conhecer as condições particulares das representações sociais envolvidas e mobilizadas na área do PNE e seu entorno, e o detalhamento do conflito ambiental na região. É sobre os resultados obtidos e sua discussão que irá se deter a seção seguinte.

A conservação ambiental e os conflitos em torno do Parque Nacional das Emas

A análise da representação social da conservação pelos grupos sociais identificados no entorno do PNE começa a delinear-se com a observação das respostas obtidas a partir da técnica de associações livres de palavras. Nesta técnica, os entrevistados foram convidados a evocar todos os termos que lhe vinham à mente em resposta ao objeto de representação (conservação) e a termos que, no contexto do PNE e na própria configuração dos grupos sociais, exibem estreita vinculação com este objeto, definidos como “agricultura” e “desenvolvimento”.

De acordo com Abric (1994), a análise das associações livres fornece rico embasamento para a apreensão do conteúdo das representações sociais, devido ao seu caráter pouco diretivo, evitando-se impor de antemão aos agentes entrevistados elementos do universo de referência dos pesquisadores, e oferecendo oportunidade para o aparecimento de múltiplos elementos para a análise que transcendem as hipóteses previamente formuladas. Para a compreensão das respostas obtidas, três critérios são utilizados: a frequência de evocação de um termo, a ordem em que este termo é evocado no conjunto da resposta e a consistência entre estes dois parâmetros, que atesta a centralidade do termo na análise da representação.

Quando sugerido como indutor de associações livres a palavra *agricultura*, foram obtidos em resposta 128 termos e palavras diferentes, distribuídos em 231 evocações realizadas pelos 51 entrevistados. As palavras mais frequentemente citadas foram, em ordem decrescente, *alimento* (11 vezes), *desenvolvimento* (oito vezes), *impacto*

ambiental (sete vezes), *produção* (seis vezes), *renda* (seis vezes), *tudo* (seis vezes), *sustentabilidade* (cinco vezes), *tecnologia* (cinco vezes), *pecuária* (cinco vezes), *lavoura* (cinco vezes) e *desmatamento* (quatro vezes). No entanto, quando associada a frequência de evocação com a ordem em que os termos foram evocados, despontam como elementos centrais *alimento*, *desenvolvimento*, *impacto ambiental* e *produção*.

Este resultado já demonstra com clareza a relevância do enlaçamento entre os componentes norteadores da análise: no cerne das associações à agricultura estão tanto o *desenvolvimento* quanto o *impacto ambiental*. Este aspecto é nitidamente compreendido considerando-se a história local, visto que todos os municípios estudados trazem a presença transformadora da agricultura como emblema do desenvolvimento, tendo como contrapartida impactos como a supressão da vegetação nativa ou de nascentes e cursos d'água. *Sustentabilidade*, por sua vez, apesar de estar entre os termos mais citados, aparece de forma mais periférica no conjunto das evocações, indicando-a como um elemento recentemente incorporado pelos entrevistados entre os aspectos vinculados à agricultura.

Separando-se o conjunto de evocações por grupos sociais, algumas particularidades podem ser observadas: entre o grupo de representantes do poder público, *agricultura* aparece também vinculado a *gaúchos*; entre os produtores rurais, destaca-se a presença do termo *pecuária* como mais central, seguido de *alimento* e *tudo*; agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente associam diretamente *desmatamento*, *Cerrado* e *desenvolvimento*; e, de forma interessante, enquanto nos demais grupos sociais a agricultura aparece associada a valores e ideais, dentre os quilombolas entrevistados como representantes de população tradicional os termos mais centralmente vinculados à agricultura foram *arroz*, *feijão*, *lavoura* e *milho*.

Em seguida, foi utilizada como indutora de associações livres a palavra *desenvolvimento*, suscitando, em resposta, 136 termos e expressões diferentes, distribuídos em 224 evocações realizadas pelo conjunto de entrevistados. A palavra mais evocada, citada ao todo dez vezes, foi *sustentabilidade*, sendo seguida por *crescimento* (nove vezes), *agricultura* (oito vezes), *tecnologia* (sete vezes) e *economia* (sete vezes). A discussão destas ocorrências fica mais interessante quando comparada aos termos que emergem na análise como mais centrais, isto é, mais próximos ao núcleo das representações. Os termos obtidos, então, são *crescimento*, *agricultura*, *tecnologia*, *economia* e, finalmente, *qualidade de vida*.

Destaca-se, portanto, que ainda que sustentabilidade seja o termo mais evocado – indicando a premência desta associação nos tempos atuais, em que *desenvolvimento* e *sustentável* formam um par quase indissociável nos discursos correntes – este caráter não foi de fato incorporado ao núcleo da representação. Ainda observa-se então, de maneira arraigada ao que se entende de desenvolvimento, a presença da economia e do crescimento, retomando um modelo de desenvolvimento que hoje se costuma por vezes apregoar como superado. Quando se relacionam estas respostas ao contexto local, torna-se ainda mais clara a presença destas associações, tendo em vista que grande parte dos municípios do entorno do PNE surgiram ou se impulsionaram após os “Planos de Desenvolvimento do Cerrado”, implantados pelo governo federal a partir da década de 1970, quando a agricultura tecnificada foi difundida como propulsora do desenvolvimento, trazendo renda e crescimento para as localidades (e possivelmente disto decorrem as associações a *agricultura e tecnologia*).

Estes aspectos mantêm-se bem marcados também quando se analisa as respostas separadas por grupos sociais: entre os representantes do poder público, desenvolvimento vincula-se de forma central a *crescimento*; para os produtores rurais, à *agricultura* e à *economia*; os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente evocaram, de forma mais central em resposta a desenvolvimento, o termo *econômico*; dentre os representantes da população tradicional, as respostas mais centrais foram *trabalho*, *educação*, *bom* e *condições de vida*. As distinções entre os grupos localizam-se, neste caso, mais do que nos termos associados, nas atitudes frente aos mesmos: os produtores rurais demonstram frequentemente uma atitude favorável ao desenvolvimento atrelado à economia, enquanto os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente se posicionam demarcando uma atitude desfavorável e crítica ao desenvolvimento econômico. Em todos os grupos, a palavra *sustentabilidade*, ou suas variações, como *sustentável*, por exemplo, são evocadas e mantêm-se presentes, contudo entre os termos mais periféricos da associação, isto é, evocados após uma maior reflexão dos agentes entrevistados, indicando um vínculo menos consolidado com o objeto de representação.

Finalmente, quando sugerida a palavra *conservação* como termo indutor de associações, foram evocadas em resposta pelos entrevistados 151 palavras e expressões diferentes, contabilizando ao todo 232 evocações. As palavras mais frequentemente citadas foram *água* (sete vezes), *meio ambiente* (seis vezes), *futuro* (seis vezes), *solo* (cinco vezes) e *agricultura* (cinco vezes). Contudo, quando avaliada a consistência dos

termos no sentido de sua coerência entre frequência de evocação e posição média entre os termos evocados, indicando associação mais central ao conteúdo da representação, permanecem dentre aqueles mais citados os termos *meio ambiente*, *futuro*, *agricultura* e *solo*, e o termo *água* cede lugar a *degradação*.

A associação direta ao meio ambiente não chega a ser surpreendente: de fato, no contexto do entorno de um parque nacional, a conservação do meio ambiente é um elemento bastante presente no cotidiano dos grupos sociais. *Futuro* como elemento central pode estar relacionado tanto ao cerne do debate sobre sustentabilidade (que se estrutura em torno da manutenção das condições de vida na Terra para as gerações futuras), quanto com uma oposição a um passado degradador na ocupação do Cerrado, ideia muitas vezes afirmada nas entrevistas e conversas pessoais. *Agricultura* e *solo* parecem estar presentes devido ao perfil também eminentemente agrícola da área estudada: a agricultura, de acordo com o agente entrevistado, pode ser associada tanto devido aos impactos que gera, quanto como uma parceira da conservação; *solo* manifesta o apelo das técnicas de conservação e manejo para o cultivo agrícola, como plantio direto, por exemplo, correntemente difundidas. O termo *água* provavelmente é bastante citado na área de estudo por ser região divisora de bacias hidrográficas e área de recarga do aquífero Guarani. No entanto, apesar de esta ser uma informação bastante presente para os entrevistados, não chega a exercer um papel de centralidade, sendo lembrada e evocada depois de maior reflexão. *Degradação* pode conotar um papel negativo à conservação, no sentido de que esta surgiria em resposta à degradação, e não como um fim em si.

Separando-se as respostas entre os grupos sociais, as características do perfil de cada grupo podem ser mais bem demonstradas: representantes do poder público associam conservação mais centralmente ao termo *vida*; produtores rurais, a *futuro*; para os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente, conservação vincula-se a *sustentável* e *utilização*, enquanto que para a população tradicional, relaciona-se de forma fundamental a *cerrado*, *meio ambiente* e *água*. Nota-se aqui a distinção na forma de enxergar a conservação: para os produtores rurais, pensar em conservação é pensar no futuro, possivelmente porque nele encontrariam uma justificativa para transformar as práticas e ideias do contexto atual, em que a conservação ainda não é uma realidade tranquilamente incorporada; já para os agentes de pesquisa e defesa ambiental, conservar é utilizar de forma sustentável, o que enfatiza a possibilidade de uso do meio ambiente,

distinguindo, devido a uma provável maior familiaridade com teorias da ecologia, *conservação* de *preservação*, apresentando o último, nestas teorias, um caráter mais estático e intocável.

A tendência apontada pelas associações livres de palavras é corroborada pela análise das entrevistas semi-estruturadas, que oferece também novos elementos para o entendimento da representação social.

Para analisar como a conservação ambiental tem sido representada no entorno do PNE, contemplando-se as particularidades entre os grupos sociais, são considerados os elementos e temas principais que constituem essa representação, pertencentes às dimensões do campo representacional, da informação e da atitude quanto à conservação. O campo representacional se refere às imagens, ao modelo social e ao conteúdo concreto designado ao objeto de representação, assim como aos juízos formulados sobre o objeto representado e as pessoas que lhe fazem uso; a informação relaciona-se com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; e a atitude (que nesta abordagem se distancia da noção de *comportamento*) logra destacar a orientação global em relação ao objeto da representação social, sendo dependente também do contexto onde o objeto é apreendido, podendo ser então favorável ou desfavorável a este objeto. Para os objetivos deste artigo, concentrou-se a discussão nos elementos presentes no campo representacional da conservação pelos grupos sociais.

A partir dos discursos presentes nas entrevistas, percebe-se que o campo representacional da conservação é de maneira geral dividido, formulando-se dois “tipos de conservação”: a conservação presente no discurso “oficial”, que se refere à importância da proteção da *natureza*, do meio ambiente, da água, cujos princípios todos dizem compartilhar e reconhecer a necessidade, e a conservação presente na “vida real”, que se refere à transposição e aplicação dos ideais que se atribuem à conservação para o contexto local e o dia-a-dia. Essa separação pode ser observada na fala de representantes de todos os grupos sociais estudados, como demonstrado nos trechos de entrevistas a seguir:

[A *conservação*] seria a salvação se todos fizessem. Mas, meio ambiente, eu vou falar pra você, tem muito oba-oba (representante do poder público, Serranópolis, grifos dos autores).

Se ela for assim no *sentido puro* da palavra, eu vejo salvação da humanidade. No sentido puro da palavra! (produtor rural, Mineiros, grifos dos autores).

Eu mesmo me sentia *frustrado* porque, ainda me sinto, porque é uma coisa que, eu que trabalho com planejamento de paisagem, o que eu vou ficar fazendo além de monitorando isso, sentado? E as grandes ONGs vêem isso, gastam enorme grana, monte de dinheiro mesmo e, assistindo, é simplesmente assistindo (pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros, grifo dos autores).

Tenho pra mim que é muito importante... *num sei é se o parque tem que ser* daquele tamanho, né? (população tradicional, Mineiros, grifos dos autores).

As oposições entre o que poderia ser e o que é, indicadas pela presença de expressões como *seria, se for, e não sei se tem que ser*, por exemplo, assim como a ideia de *sentido puro e frustração*, denotam o afastamento, na concepção dos entrevistados, do que se supõe ser e a se prestar a conservação daquilo que observam no cotidiano. Percebe-se também que, ainda que haja alguns elementos consensuais na formulação do “tipo ideal” de conservação, é na interpretação da conservação do dia-a-dia que aparecem as diferenças no conteúdo dos campos representacionais de cada grupo.

Dentre os representantes do poder público, nota-se que a conservação é entendida, essencialmente, como uma *política*, muitas vezes ineficaz. Frases como “é pautada em algumas iniciativas bem-sucedidas, mas não é uma política bem-sucedida” (representante do poder público, PNE); e “é muito mais um jogo de se dizer que faz preservação do que realmente fazer preservação” (representante do poder público, Chapadão do Céu), ilustram bem essa posição.

A conservação, e os agentes que lhe fazem uso, aparecem, portanto, como elementos que dificultam o contexto local com restrições normativas sem sentido. Em resumo, há uma descrença quanto aos compromissos da conservação, de forma que a imagem que parece sintetizar o que o grupo de representantes do poder público apresenta sobre a conservação pode ser expressa na frase: “É muita conversa e pouca ação”, dita por um entrevistado pertencente a este grupo em Alto Taquari

Já quando se analisa o campo representacional aparente nos discursos dos agentes do grupo de produtores rurais, o primeiro aspecto a se destacar é a nítida separação no interior deste grupo entre aqueles nascidos nos estados do Centro-Oeste, geralmente identificados com a pecuária extensiva, e os agentes provenientes dos estados do Sul do Brasil, envolvidos na produção de grãos⁵. Para os primeiros, genericamente definidos

⁵ Para designar esses entrevistados, demarcando-se a diferença entre seus estados de origem, será feita referência a *gaúchos* e *goianos*. Estes termos são utilizados aqui não necessariamente como uma definição precisa dos estados de procedência dos agentes, mas como emblemas de sua situação social. Em todo

como *goianos*, a conservação associa-se à degradação do Cerrado e à necessidade de sua manutenção:

Conservação é cuidado, cuidado com os bens do Cerrado (produtor rural, goiano, Costa Rica).

Essa relação entre a identificação com o local e certa inclinação à conservação como um cuidado não aparece entre os gaúchos, que, ao contrário, vieram para o Centro-Oeste enxergando Cerrado como:

[...] uma vegetação que todo mundo via inútil, sem, vamos dizer assim, sem significado para o meio ambiente, a gente sabe hoje que não é isso, mas é uma forma de entender, porque viemos de lugares que só tinha árvore grande e mata realmente, e muitos animais. Numa região em que você não tem praticamente vegetação, só tem vegetação rasteira, você diz que aquilo num prestava, né? (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

Para estes gaúchos, portanto, as demandas contemporâneas em relação à conservação são interpretadas em suas relações às técnicas agrícolas (essencialmente conservação de solo, como curva de nível, plantio direto, entre outros) e, sobretudo, através de representações sobre a conservação como uma *disputa de interesses*, maquiada pelos princípios da proteção à natureza:

Esse negócio que você escuta muito de, *ah, tá desmatando, destruindo a natureza, isso é político*, tem muita área pra abrir, tem muito, muito. (...) Você vê que é um objetivo assim, vamos diminuir a produção deles aqui, você vê que *isso é coisa de americano*, quando você vê isso é pressão de fora pra nós diminuir a produção aqui. Pelo tanto de gente que vem nesse parque, você vê que é muito mais gente de fora do país do que daqui, você vê que tá claro isso (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Não é à toa que vem muita gente de fora do país fazer estudo dentro do parque, eu acho que ele tem um potencial de, eu acho que até o subsolo do Cerrado deve ser muito rico, porque *esses americanos*, esse pessoal não vem fazer estudo à toa aí, *não é por causa de bicho porcaria nenhuma*, e, então, por isso que nunca tem resultado de estudo nenhum, petróleo deve ter muito, porque é uma região muito antiga aí também, sei lá (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Centro-Oeste costuma-se fazer referência aos imigrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e até mesmo São Paulo genericamente como *gaúchos*, independentemente do estado em que nasceram. Esses imigrantes, em sua maioria, se estabilizaram no Centro-Oeste como produtores de grãos. Quanto aos agentes nascidos no Centro-Oeste, localmente faz-se referência de forma distinta entre goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses. Contudo, considerando-se que três dos cinco municípios incluídos nessa pesquisa se situam no estado de Goiás, e que entre os agentes pertencentes a estes três estados há uma identificação cultural e de sistemas produtivos – geralmente a pecuária extensiva – opta-se nessa pesquisa por reuni-los genericamente no termo *goianos*, fazendo-se a ressalva de que esta é uma decisão dos pesquisadores e que, em determinados contextos, poderá incluir também sujeitos provenientes dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A conservação aparece então como símbolo dos interesses estrangeiros, sendo representada deslocada de seu referencial próprio, visto que, de acordo com o que afirmam os entrevistados, os objetivos apresentados como centrais da conservação (redução da destruição da natureza e pesquisas sobre a fauna, respectivamente nos trechos citados) não justificariam os investimentos aplicados.

Esta transformação dos princípios da conservação em artifícios empregados pelos estrangeiros em prol de outras disputas, essencialmente agrícolas (cabe reforçar que a produção de soja norte-americana rivaliza no mercado de *commodities* com a produção de soja brasileira) sugere que, dentre esses agentes, a conservação converte-se em um emblema do adversário que é preciso combater.

Moscovici (1978, p.224), ao se deparar com um mecanismo semelhante na crítica dos franceses à Psicanálise que a vinculava aos interesses estadunidenses, sugeriu que já não se tratava de Psicanálise nos comentários em que se notava essa associação, mas que, através da Psicanálise, as imagens que certas categorias de franceses faziam dos norte-americanos adquiriam particular relevo: “a crítica dos norte-americanos converte-se em crítica da Psicanálise, e a crítica da Psicanálise na dos norte-americanos”. Aparentemente, este também pode ser o caso na representação dos produtores rurais gaúchos do entorno do PNE sobre a conservação.

Imagens, juízos e concepções bem diferentes podem ser observados quando se analisa o campo representacional do grupo social seguinte, referente aos agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente. Entre estes agentes, a conservação é entendida essencialmente como uma questão *afetiva*, que envolve valores éticos e de identificação.

Quanto às imagens que compõem o campo representacional deste grupo, destaca-se que convergem em torno da noção do ambiente natural como uma *joia*, um *tesouro*, simbolizando a ideia de algo tão precioso quanto escasso:

Eu acho que [o Cerrado] é um *tesouro*, que corre perigo, que *poucos sabem a beleza...* E mesmo que a gente esteja convivendo com ele, muitas vezes a gente não sabe que é um tesouro, não sabe o valor dele, impossível mensurar isso, *as pessoas não conseguem*, e é um tesouro que está ameaçadíssimo, ainda que algumas pessoas vejam isso, ainda é muito pouco para a ameaça que ele vem sofrendo (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos dos autores).

Nestes casos, nota-se também que a associação com um bem valioso vem acompanhada da ideia de que poucos conhecem, ou sabem reconhecer, o valor desse bem. Esse paralelo pode colocar aqueles que o identificam como precioso em uma

posição privilegiada em relação aos demais, visto que, por estarem entre os poucos que sabem notar a riqueza e o valor que o Cerrado possui, estariam mais aptos a compreender sua importância e definir as melhores formas de utilizá-lo.

Sintetizando a imagem que compõe o campo representacional da conservação entre o grupo de agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, bem como a função a que se destina a conservação, é bastante ilustrativa a manifestação:

Eu acho que é o grande filão, assim, se as pessoas conseguissem de fato entender que a conservação é o grande resgate da vida humana na Terra, e resgate da vida na Terra em geral (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Nessa fala, aparecem tanto o princípio universalizante utilizado como esquema argumentativo do grupo – resgate da vida na Terra – quanto a capacidade de sensibilização dessa argumentação como fonte de benefícios para a conservação (“grande filão”) e a importância dos ambientalistas como aqueles que buscam transmitir esse significado para a população que, em sua maioria, não consegue *de fato entender*.

Concluindo a análise do campo da representação entre os grupos sociais identificados no entorno do PNE, acrescenta-se que, para os agentes pertencentes à população tradicional, a conservação parece ser representada como *necessidade das e resposta às mudanças* ocorridas recentemente.

Neste grupo, portanto, nota-se também a identificação com o Cerrado, que conduz a uma inclinação aos cuidados de conservação, visto que a conservação pode ser a possibilidade de manutenção do que apesar das mudanças das últimas décadas ainda existe deste bioma. No entanto, quando se associa a conservação ao PNE, algumas ressalvas são feitas, apesar de ser enfatizada a importância da manutenção da unidade de conservação:

Eu acho o parque importante porque se você for lá, você vai ver natureza, você vai ver animais, você vai ver água, então... Tenho pra mim que é muito importante... num sei se tem que ser daquele tamanho, né? Mas que é importante é sim. Porque aqui nessa região aqui, você via [veado] mateiro, você via [tamanduá] bandeira, você via tatu. Mas... eu falo assim, eu falo pelo tamanho porque aquilo ali é muito grande, enorme. Eu acho que podia ter gente ali utilizando, mas sem, num estragar aquilo, né? (população tradicional, Mineiros).

Portanto, para a população tradicional que mantém fortes vínculos de uso e identificação com o Cerrado, a conservação ambiental como uma resposta à degradação decorrente das mudanças de sistema produtivo e da chegada da “modernidade” aparece

como uma necessidade a ser defendida. Contudo, a forma de implementação dessa conservação alijando-se as populações humanas é criticada, sugerindo também seu caráter excludente.

Em suma, pode-se inferir que, tendo em vista o contexto de embate local, associado à carência de informações sobre o tema na comunidade, a conservação passa a ser elaborada pelos agentes do entorno não em seu referencial próprio, mas eivada das características, expectativas e interesses dos grupos sociais. Assim, no grupo de representantes do poder público, a conservação é entendida essencialmente como uma política, sobretudo ineficaz; para os produtores rurais, pode ser tanto uma resposta à degradação, quanto uma disputa de interesses, principalmente comerciais; os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente a representam como uma questão ética, direcionada ao resgate da vida na Terra; os representantes da população tradicional, por sua vez, interpretam a conservação como um símbolo da modernidade e dos impactos dela decorrentes.

Percebe-se nessas transformações de um objeto social – a conservação – em múltiplos componentes das relações sociais locais, a ancoragem da teoria à visão geral que os grupos sociais têm de seus próprios contextos, que cada grupo possui e à qual integra a novidade, transformando assim o estranho em familiar. Trata-se, portanto, do fenômeno de focalização, que Moscovici (1978) identifica no seu estudo da psicanálise: cada indivíduo ou grupo dá maior ou menor atenção a tal ou qual aspecto de um objeto segundo sua distância e seu envolvimento com este. O esforço dos agentes não é de compreender a teoria em seu referencial próprio, mas recortá-la dando relevo aos pontos que estão em conformidade com suas preocupações.

Arruda (2004, p.248), em seu estudo sobre representações acerca da ecologia e do desenvolvimento entre pós-graduandos de Ecologia na UNESCO, observou fenômeno semelhante: a ecologia, entre os seus entrevistados, passou a assumir um controle antropomórfico e social para os estudantes de ciências humanas, e um perfil politizado e politizante para os franceses, também indicando um processo de focalização, isto é, realce e transferência, para o objeto de representação, das características e demandas dos grupos. Bauer (1995) acrescenta que essa multiplicação do objeto de representação tem como efeito a diversidade no domínio público, na medida em que novas ideias são acomodadas de forma específica.

Enfim, o que se percebe mediante esta análise é que, no contexto do entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se, mais do que uma teoria científica ou um parque nacional ausente de significados, um critério das relações entre grupos e valores comuns. Ainda, em outro nível, atua como instrumento de mediação das relações entre grupos e de conduta. Sobre esse processo, Moscovici (1978, p.288) afirma:

A representação social elabora-se, para esse fim, como instrumento social polivalente, muito mais genérico do que deixava prever o seu destino estritamente científico. Converte-se, portanto, num sistema de interpretação parcialmente automático e, por isso mesmo, parte integrante do comportamento real e simbólico.

Entende-se que, ao demarcar posicionamentos, opiniões e visões de mundo, a conservação ambiental no entorno do PNE assume esse caráter de sistema de interpretação da realidade, definitivo tanto para a avaliação e julgamento dos grupos entre si, quanto para a definição do que se pretende para o espaço comum. Assim, a conservação se torna um ícone da diversidade entre os grupos e das perspectivas de apropriação social, técnica e cultural do espaço, explicitadas no conflito ambiental então deflagrado.

Portanto, percebe-se que, na medida em que demanda interação entre os diversos grupos sociais presentes no entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se um denominador comum aos agentes dos grupos. No entanto, percebe-se também que estes possuem distintas motivações, expectativas e interesses para o ambiente que habitam, essenciais para a forma como interpretam essa conservação. Assim, no processo de incorporação e mediação pelos grupos sociais, a conservação se transforma e se multiplica, extrapolando os sentidos formulados no âmbito do universo reificado e expandindo os significados que transmite e as práticas que suscita.

A distância que se forma entre os múltiplos significados da conservação e a necessidade de vivência coletiva da mesma – propiciada pela presença do Parque Nacional – gera espaços para a configuração de conflitos, que possuem em seu cerne a definição pelo uso e apropriação técnica, cultural e social do ambiente comum, explicitada no conflito ambiental então deflagrado. Este conflito cristaliza-se no litígio acerca da Zona de Amortecimento. No entanto, para entendê-lo, parece fundamental considerá-lo no contexto que permeia e ultrapassa o entorno do PNE, que diz respeito à convivência entre *gaúchos* e *goianos* no Centro-Oeste, resultante do processo de incorporação do Cerrado à agricultura tecnificada. Embora essa convivência tenha se

iniciado há mais de 30 anos, os estranhamentos e acomodações ainda se fazem presentes, compondo com distintos matizes o contexto do conflito.

Gaúchos vs Goianos: um embate silencioso

O contexto do entorno do PNE destaca-se do conjunto de estudos sobre conflitos ambientais: enquanto grande parte dos estudos socioambientais tem como categorias rurais agricultores familiares, camponeses ou extrativistas (BRANDENBURG, 2005), as propriedades rurais limítrofes ao Parque são em sua maioria grandes propriedades (acima de 480 hectares, algumas com mais de 5000 hectares), cuja produção, em vez de direcionar-se à subsistência e ao comércio local, destina-se à exportação. Os agentes responsáveis por essas propriedades são, sobretudo, imigrantes provenientes dos estados do Sul do Brasil que, por sua identificação cultural, assim como pelo sistema produtivo adotado, são reconhecidos localmente como *gaúchos*, mesmo que não tenham necessariamente nascido no Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o termo “gaúchos” se torna pleno de significados: denota que os agentes com ele identificados não nasceram nos estados do Centro-Oeste, mas também remete a um sistema de cultivo vinculado às técnicas da “Revolução Verde”, e à escolha por um modelo de desenvolvimento que priorizou imigrantes como seus protagonistas e cultivos que não faziam parte da cultura local como produtos esperados. Assim, desde a chegada desses imigrantes até os dias atuais, foram sendo construídos posturas, perfis e sentidos atribuídos ao *ser gaúcho* e, em oposição, outros comportamentos, características e valores foram sendo associados à população local e identificados como um perfil dos agentes nascidos no Centro-Oeste, que aqui serão sintetizados pelo termo *goianos*.

A contraposição entre estes dois perfis se faz sentir, ora de forma velada, ora explícita, nos municípios que compõem o entorno do PNE, sendo manifestadas desde as brincadeiras e piadas que são feitas entre os grupos, até na contratação de funcionários nas propriedades rurais e nas divisões políticas em períodos de eleição. Também nas entrevistas essa oposição se fez notar, sugerindo ser este um aspecto balizador na configuração das identidades sociais e, em decorrência, dos conflitos entre as demandas, lógicas e expectativas dos agentes. Portanto, reconhecer os principais atributos vinculados ao que se define como ser gaúcho e o que se apresenta como ser goiano parece ser sobremaneira relevante na compreensão de tais conflitos.

As características atribuídas àqueles a quem se convencionou chamar de gaúchos geralmente vincula-os à noção de trabalho e de tecnologia. As histórias destes imigrantes são narradas constantemente, ressaltando-se a capacidade que estes tiveram de abandonar uma situação desfavorável nos estados do Sul do Brasil e, a partir do *nada*, construir o patrimônio que exibem hoje:

Eu quando saí do Rio Grande, Rio Grande já não oferecia mais possibilidade de crescimento. *Aqui na época era tudo um deserto*: não existia soja, não existia milho, não existia uma pecuária mais avançada, era uma pecuária rústica. Em função disso eu pensei: eu vou sofrer muitos anos, mas quem sabe vai compensar. [...] E assim comecei vida aqui. Sofrida, né, muito sofrida, nos primeiros anos não tinha nada. Tudo era o quê: esperança de produzir alguma coisa. (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Ainda, nota-se também que o sofrimento pelo qual passaram ao chegar ao desconhecido é recordado por todos, mesmo por aqueles que não vivenciaram esta época, sendo permeado por oposições entre o Sul – onde tinha *tudo* – e o Centro-Oeste, ainda a se fazer. As adversidades impostas pelo Cerrado, pela falta de infraestrutura, pela ausência do familiar são sempre repetidas, e a capacidade de superá-las se torna um mérito coletivo atribuído aos gaúchos. Braun (1999), ao estudar as representações do ambiente em comunidades de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, observou um discurso bastante semelhante, e comentou:

[...] o que foi narrado – rememorando um passado sofrido e também glorioso – era o que poderia ser dito e o que interessava dizer. Posso compreender, pois, que descrever a mata nativa como um lugar inóspito e inapropriado para os imigrantes recém-chegados, constituiu-se em uma compreensão instituída em um regime de verdade, aceito como discurso verdadeiro. (BRAUN, 1999, p.71).

Assim, a mata nativa do Rio Grande do Sul parece significar para os imigrantes alemães o que o Cerrado significa para os imigrantes gaúchos: o ambiente como símbolo da ruptura com o familiar e contato com o desconhecido. Essa ruptura teve que ser enfrentada devido às impossibilidades de permanência em seus locais de origem, e não é coincidência a concordância entre os relatos apreendidos por Braun (1999) e as narrativas dos gaúchos no Centro-Oeste. De fato, ambos os casos se referem a uma mesma dinâmica, correntemente incorporada por herança familiar à trajetória dos agentes, como demonstra o ilustrativo relato:

[...] meu avô veio de Portugal, em 1912 ele veio para cá, com quatro anos de idade. Então a família toda de lá, já com tradição de

agricultura, e foram parar ali no estado de São Paulo. Em São Paulo migraram duas vezes e vieram trabalhar em propriedades como trabalhadores rurais. E com o desenvolvimento lá no Paraná, como seriam agora essas novas fronteiras, a nova fronteira era o Paraná, então eles foram para o norte do Paraná. E lá conseguiram adquirir terras, porque era mais barato, né? Então a gente já vem de uma tradição. Alto Taquari, que hoje está estável, tá me tocando daqui, eu já adquiri uma terra lá no Piauí. E tô indo formar lavoura lá, tirando Cerrado e plantando lavoura. Porque aqui não tem mais espaço para mim. E estou saindo de 500 hectares para 2000 hectares. Aí eu vou vender capital que adquiri aqui, empregar lá, e formar uma região novamente de agricultura, como foi formada aqui. Esse processo, por isso que eu iniciei lá no meu vô, começou em Portugal. Lá em Portugal aconteceu isso, nós fomos arrastados para cá, São Paulo expulsou a gente para o Paraná, Paraná nos expulsou para Mato Grosso, do Mato Grosso eu tô indo para o Piauí. Isso aí eu tô te falando meu exemplo, que serve para a grande maioria. (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

Essa relação de transformação do meio natural via agricultura, e a lógica de colonização, que estimula que se esteja sempre em partida, em busca de um local onde se encontre melhores condições para prosperar, são interpretadas também como traços marcantes da “cultura do gaúcho”, que se contrapõem à forma de se relacionar com o ambiente identificada com os goianos:

[...] eles são *nômades*, então parece que eles já têm uma cultura, da Europa, *os gaúchos são assim mesmo*, então o desenvolvimento tecnológico deles, a educação, a forma de lidar com as coisas, então são tudo descendente de europeu, então eles já vêm com esse espírito econômico muito forte, então isso pra eles é o essencial. Então é como eles chegaram no sul, sobem pra cá, porque as pessoas aqui são mais tímidas, então não tem esse crescimento, esse avanço grande, tecnologicamente, essa ambição, as pessoas são muito, vamos dizer assim, recatadas, ou muito...simples, não têm essa visão empresarial que eles têm. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

A incorporação dessa dinâmica de migração, associada à busca pela prosperidade – que na agricultura é, por vezes, dependente da produtividade – favorece o apreço pelo que é novo, manifestado frequentemente na valorização do *futuro*, da *tecnologia* e da *evolução*. Esses elementos se tornam também emblemas desses imigrantes, que na maioria dos casos partiram porque seus locais de origem não os comportavam mais, se tornando essencial o desapego em relação ao passado de sofrimento e a crença em um futuro melhor, mais próspero.

É justamente referindo-se a esses sonhos que falam os anúncios de tecnologia agrícola. Um dos exemplos emblemáticos é um calendário, coletado durante a pesquisa de campo, que a cada mês traz provérbios enaltecendo a esperança no futuro, sendo um

deles “*Cure* o passado, viva o presente, sonhe o futuro”. E a cura desse passado, no caso dos gaúchos, se dá pelo trabalho, que se transforma tanto em um valor e um *ethos*, no sentido de um conjunto de princípios interiorizados que guia suas condutas, quanto em um ícone destes gaúchos em relação aos outros grupos. Em contrapartida, a representação sobre os goianos, construída como o reverso da representação dos gaúchos, os assimila a um povo preguiçoso e acomodado.

O discurso dos gaúchos é recheado por elogios ao trabalho, ainda que penoso, como “[...] porque o ser humano eu acho que o trabalho é que dignifica ele. O trabalho, o desafio, as dificuldades...” (produtor rural, gaúcho, Mineiros) e “[...] o sofrimento que eu tive eu não desejo a ninguém. Mas eu não dispenso trabalho. Tem que sofrer pra dar valor à vida.” (produtor rural, gaúcho, Mineiros). Já quando a referência é feita aos goianos, é destacada uma indolência que estes apresentariam:

Os goianos não trabalham de *preguiça*, *goiano não gosta de trabalhar não*. Igual, eu falo assim, você vai na fazenda de um gaúcho, e vai na fazenda de um goiano. [...]. A fazenda do povo daqui é uma lambança, Deus me perdoe. *Até por isso que não tem tanta mistura assim*. (representante do poder público, goiana, Mineiros, grifos dos autores).

[...] eles [os gaúchos] são um povo trabalhador e muito doido, eles chegaram não tinha nada. *Pelos goianos, viviam de mandioca e peixe*. (representante do poder público, paulista, Mineiros, grifos dos autores).

Essa configuração da imagem do gaúcho fundamentada nos valores de *trabalho* e *dinamismo*, em oposição à *preguiça* e *estagnação* do goiano, por vezes se aproxima do que Max Weber analisa em seu estudo *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. (WEBER, 2004). Ao discutir “a emergência de um modo de ver”, que inverte a ordem até então tida como “natural”, ao colocar “o ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer as suas necessidades materiais”, Weber aponta elementos constitutivos daquilo que considera o “tipo ideal” do empresário capitalista, e as implicações do enfrentamento dessa ordem com a anterior, pré-capitalista.

No contexto do Cerrado, os gaúchos imigrantes foram eleitos como os agentes do desenvolvimento desejado para a região, desenvolvimento este de cunho industrial-capitalista: a agricultura a ser implantada, atendendo aos princípios da “Revolução Verde”, deveria ser uma agricultura capaz de corresponder aos objetivos urbano-industriais de desenvolvimento via adoção do pacote tecnológico. Portanto, os gaúchos

selecionados para este fim foram aqueles que atendiam e se identificavam com o perfil deste “tipo ideal” analisado por Weber.

É, portanto, associado a essa simbologia de povo trabalhador, dinâmico, que não mede esforços para atingir a prosperidade, que os gaúchos se estabelecem no Centro-Oeste, como agentes ideais do modelo de desenvolvimento – capitalista – que ao Estado interessava implantar. À população local, identificada com hábitos distintos daqueles então valorizados, coube o papel de um anfitrião prestativo: enquanto o “povo gaúcho” é *trabalhador*, o “povo goiano” é apresentado como *hospitaleiro*.

Olha, a gente sempre procurou respeitar, né? O povo aqui é bastante respeitador, quando você também não pisa no calo deles. Porque eles aqui têm uma tradição, *tradição, não, têm um sistema, tradição é o gaúcho que tem uma tradição, né, mas, eles são hospitaleiros aqui.* (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Gaúcho e goiano combina demais! É o que eu falo, o povo goiano é muito bom de lidar com ele. É um povo amigo demais da conta, é um povo que convive muito bem uns com os outro, povo muito *servidor*, povo bom mesmo. E gaúcho, povo gaúcho é muito *trabalhador*, tanto é que tem um CTG [*Centro de Tradições Gaúchas*] aí, mas é uma coisa bonita, então, tem que... E é muito bom, é uma convivência muito boa sim, é um povo que veio pra cá e *nós nunca rejeitamos eles, que a gente sabe, a gente precisa, que eles nos ensinou a agricultura. É um povo pioneiro, muito inteligente, trabalhador, né?* Tem, sempre tem aqueles que veio, como diz nós aqui, “dar o nó”, né, mas todo mundo tem isso aí, todo lugar tem. Mas é bom. Dá certo, se entende, numa boa conversa vai bem. (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

Nota-se, portanto, que essa “complementaridade de papéis” é assimilada por todos, gaúchos e goianos, possivelmente muito em função do peso da imagem de desenvolvimento, à qual pouco se contesta. Assim, devido ao contexto histórico que os trouxe ao Centro-Oeste imbuídos da capacidade de trazerem consigo o desenvolvimento, pode-se sugerir que foi designado aos gaúchos um *poder simbólico*, nos moldes do que discute Bourdieu (2004, p. 7), sendo este o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”

Este poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2004, p. 7-14), é um poder de construção da realidade e tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, isto é, de *conhecimento do sentido imediato do mundo*, a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, e particularmente do mundo social. Para que seja exercido, depende do compartilhamento de *sistemas simbólicos* que atuam como instrumentos de comunicação

entre os grupos e que, enquanto tal, cumprem a “sua posição política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma dominação”. Assim, contribuem para assegurar a dominação de um grupo ou classe sobre outro, configurando, nas palavras de Bourdieu (2004, p. 11), um processo de *violência simbólica*.

Transposto ao contexto do entorno do PNE, pode-se inferir que o processo de dominação legitimado através do compartilhamento de um sistema simbólico é a priorização do modo de “apropriação gaúcha” do ambiente sobre o modo de apropriação local, de forma que o primeiro passa a ser enxergado como positivo e sinônimo de desenvolvimento, enquanto o segundo é, quase que de forma consensual, representado pejorativamente como nas falas:

Ah, com a chegada dos gaúchos houve uma mudança muito grande. Muito profunda. Mesmo cultural. *Porque a cultura antiga ainda era muito arcaica. Obsoleta mesmo, ultrapassada.* Aí com isso aí veio renovando, eu acho que desenvolveu muito. (produtor rural, goiano, Serranópolis, grifos dos autores).

Começou a vir os gaúchos e começaram a nos ensinar, *porque realmente foi eles que nos ensinou a trabalhar, né?* E hoje você vê a diferença da agricultura hoje, medonha, o tanto que produz, a tecnologia que existe, mudou muito, né? Só que nessas coisas boas eu não entrei ainda, né? Quem sabe, mas eu ainda... Mas foi uma mudança e tanto, *revolucionou muito, graças a Deus, né?* (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

Tais falas condizem com o que aponta Bourdieu (2004, p.14) ao afirmar que o poder simbólico como “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” só se exerce se for reconhecido, se definindo em uma relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos. Nesse sentido, a violência simbólica a que se refere o autor impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceber ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para *se pensar*, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação. Sobre isso, esclarece:

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo, e, em particular, às relações de poder nas quais estão enredados, às pessoas através das quais essas relações se

realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais – sendo o produto da incorporação dessas relações de poder sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposição (alto/baixo, grande/pequeno, etc.) funcionando como categorias de percepção – constroem essas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam a sua dominação, fazendo-as parecer como naturais. (BOURDIEU, 1995, p. 142).

Tal análise parece se aplicar de forma bastante apropriada à incorporação, pelos próprios goianos, das oposições entre trabalhador/preguiçoso, pioneiro/hospitaleiro e, também perpassando essas classificações, moderno/atrasado, ao se compararem aos gaúchos, atribuindo aos imigrantes sempre os polos considerados positivos das associações. No entanto, a assimilação do discurso dominante não exclui a presença de conflitos, apenas tornando-os mais velados. De fato, o goiano, como ícone do tradicionalismo entendido como “o ser humano que não quer ‘por natureza’ ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto” (WEBER, 2004, p.53), pode em certas circunstâncias se tornar um ponto de embate e resistência ante a expansão da lógica da agricultura tecnificada.

Então eles vêm com os valores deles, querem mudar, transformar todo o contexto local, então hoje eu sinto que ainda existe um conflito de ideais, onde a população local contra as pessoas que vêm do sul, os gaúchos. Porque, vira e mexe você ouve falar, “ah, os gaúchos, esse pessoal”, então tem um certo... É recíproco isso, tanto os gaúchos chamam o pessoal daqui de preguiçoso, que não quer fazer nada, quanto os daqui falam que esse pessoal faz tudo pra plantar soja, querem crescimento a qualquer custo, então não tem, os valores são outros. Tem o embate, e é natural. É que nem você tá na sua casa e chega alguém querendo que você mude o seu ritmo de vida, sua forma de pensar, sua cultura. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros).

Nota-se ainda que essa resistência, continuamente manifestada mesmo que muitas vezes de forma silenciosa, contemporaneamente tem adquirido novos contornos, revestidos de princípios de conservação/proteção ambiental:

[...] isso é um estilo que... literalmente é uma coisa que, “ah, a gente tá desenvolvendo, crescendo a região”, coisa nenhuma! Eu acho que não, isso não existe. Está desenvolvendo o lado pessoal deles. Os valores são outros. *Se você acha melhor plantar soja, eu acho melhor entrar no mato e catar pequi!* [...] é um atropelo, e o atropelo gera um monte de problemas, sociais e ambientais. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

[...] antes Chapadão do Céu era mais um redutozinho do pessoal do sul, com alguns goianos que iam para trabalhar para eles. Agora... a

agricultura está ali, não tem como sair dali, e talvez não seja desejável agora que ela saia dali, então tem que conviver com isso, então, que se conviva bem com a produção, mas respeitando a conservação, inclusive respeitando as leis da conservação, então isso inclui a área de amortecimento no entorno do parque, área de reserva legal, etc. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Belo Horizonte).

Percebe-se, portanto, que a disputa pela apropriação técnica, cultural e social do ambiente associa-se à relevância do vínculo afetivo com o Cerrado – característica dos goianos como um dos elementos centrais na representação favorável à conservação –, de forma que a conservação ambiental do Cerrado adquire mais uma função: a de imposição de limites e demarcação de diferenças à “apropriação gaúcha” do Centro-Oeste, que se dá mediante a agricultura tecnificada. Esta associação reforça a polarização agricultura/conservação no entorno do PNE, explicitada, dentre outros momentos, na concretização do conflito ambiental relativo ao litígio acerca da Zona de Amortecimento.

Em seu estudo sobre os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, Fuks (2001) põe em relevo a capacidade dos problemas ambientais de atualizarem antigas disputas – no caso específico estudado por este autor, a luta relativa à ocupação e uso do solo no município fluminense. A partir do exposto sobre o embate entre gaúchos e goianos no Centro-Oeste, percebe-se que também no entorno do PNE a apropriação do ambiente e a definição de seus usos e vocações se constituem em elementos de conflito entre grupos sociais desde antes da proeminência do meio ambiente como um assunto de controvérsia pública. No entanto, a partir do momento em que a conservação ambiental recebe destaque e passa a ser assumida por determinados grupos como prioridade, tais embates assumem novos contornos, agora explicitamente ambientais, reconfigurando o contexto conflitivo. Recentemente, uma clara demonstração deste processo tem sido o litígio em torno da proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso do solo a uma faixa de 2 a 10 km contígua ao Parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades. A partir desse impasse, iniciou-se um longo e conflituoso processo de discussão, transcendendo os limites entre o Parque e as propriedades rurais para mobilizar os escritórios centrais do Ibama em Brasília e as esferas judiciais.

Percebe-se, nesse caso, uma configuração conflitiva próxima daquilo que Lopes (2006) designa como *ambientalização dos conflitos sociais*. O termo “ambientalização” é explicado como um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais

para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo:

Assim, os termos “industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização” desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por Norbert Elias [...] para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como “curialização” – designativo da formação das sociedades de corte européias entre os séculos XIV e XVIII – ou “esportificação” – que ganharam o mundo no século XX a partir da Inglaterra do século XIX. (LOPES, 2006, p.34).

O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, segundo o autor, no caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (LOPES, 2006, p.35), tal como percebido no contexto do entorno do PNE.

Dessa forma, pode-se constatar que o litígio analisado se instaura devido à disputa pela definição do uso do espaço, mas que essa não é uma disputa apenas pela apropriação do meio em seu aspecto material. Como aponta o trecho de entrevista abaixo:

Aqui, você teve a oportunidade de ver hoje na reunião, a gente está vivendo já há vários anos, existe realmente essa questão do embate entre as duas mentalidades, a mentalidade conserva... conservacionista – é isso?, e a mentalidade desenvolvimentista. E o gaúcho é que é desenvolvimentista – gaúcho, ou paranaense, ou agricultor – até muito pouco tempo atrás, ele não tinha menor preocupação com o meio ambiente. Do tipo: “Não, mata tá sobrando por aí, o que interessa é plantar, o que eu quero é plantar, eu vou gerar o alimento do mundo”. Tá certo? Tá, tem um raciocínio correto nisso. E o ambientalista, ao contrário: “Gente, tá acabando, tá acabando, calma”. Tá certo? Também tá certo, os dois estão certos. (representante do poder público, Chapadão do Céu).

Sintetizado nessa fala pode-se observar muito do que vem sendo discutido até aqui. O embate entre os dois polos da disputa, ambientalistas e produtores rurais, é um embate entre “mentalidades” – ou, dito de outra forma, entre representações. A conservação ambiental, como elemento do universo reificado incorporado no cotidiano, introduz um novo vocabulário e é apropriada com dificuldades (“conserva...

conservacionista, é isso?"); o termo “gaúchos” resume não apenas um local de origem, mas uma postura ante o ambiente natural, associada ao desenvolvimento; ainda, cada um dos polos apresenta recursos e princípios de referência, mobilizados como esquemas argumentativos. Sobre isso, o entrevistado conclui: “tá certo, os dois estão certos, tem um raciocínio correto nisso”, posicionando-se de forma bastante coerente com a abordagem das representações sociais: de fato, considera-se que não existem representações *certas* ou *erradas*, visto que todas são *interpretações possíveis* sobre um mundo complexo e multifacetado.

Considerações finais

Entende-se, assim, que a emergência da questão ambiental como vivência coletiva no entorno do Parque Nacional das Emas, através das políticas de manejo da unidades de conservação, reconfigura as dinâmicas locais no sentido de uma *ambientalização* dos conflitos sociais. Ao assumir contornos ambientais, tanto novos atores passam a integrar as dinâmicas (tais como entidades conservacionistas, órgãos ambientais), quanto os atores locais passam a incorporar elementos novos em seus discursos, reivindicando atribuições valorizadas ecologicamente – como as especificidades da “apropriação goiana” do Cerrado em relação à “apropriação gaúcha”. Subsidiária a esta consideração, está a observação de que, nestes conflitos, há disputas de representações, visando-se construir a realidade mais conforme aos interesses específicos dos grupos sociais.

Percebe-se, portanto, que o conflito se instaura em suas dimensões simbólicas e materiais: na medida em que está de fato em jogo a definição pelo uso do espaço, revela a sua concreticidade; no entanto, não só a partir de critérios racionais este uso pode ser definido, visto que também estão em pauta demandas por sentidos e expectativas conflitantes porque permeadas por múltiplas representações, características dos diversos grupos sociais. Configura-se assim uma situação em que não há apenas *ausência de certezas*, mas *certezas contraditórias*, tal qual apontado por Hannigan (1997) como característico dos conflitos ambientais.

Dessa forma, o conflito ambiental observado pode ser entendido como uma atualização das disputas pela apropriação técnica, cultural e social do meio, manifestada já há várias décadas no embate entre *gaúchos* e *goianos*, e atualmente explicitada a partir do litígio acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque. Entende-se, portanto, que o tal litígio é uma disputa material e simbólica pela valorização de uma forma de ver,

entender e se apropriar do espaço comum. Sendo assim, configura uma disputa por sentidos culturais, pautada não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o entorno do PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. Représentations sociales: aspects théoriques. *In: _____* (Org.). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.

ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In: _____* (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, Henri *et al.* A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. *In: ACSELRAD, Henri et al.* (Orgs.). **Cidadania e justiça ambiental**, São Paulo: FASE, 2004. p. 9-20.

ARRUDA, Angela. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. *In: SPINK, M. J.* (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 234-65.

AUDIBERT, Eduardo A. **Problemática ambiental e áreas protegidas**: A construção da problemática ambiental no contexto da implantação de áreas protegidas no Rio Grande do Sul. 388 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. *In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra* (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8^a ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p. 229-57.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, vol. 20, n. 2, p.133-84. jul./dez. 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais...*, Belo Horizonte, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2000.

BRAUN, Maria C. **Do vale das matas nativas ao vale do progresso**. Um estudo sobre as representações de ambiente em comunidades de imigrantes alemães. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. 202 f.

CARNEIRO, Eder J. e BARROS, Matheus A. de. Conflitos ambientais e construção de um território urbano: o caso do bairro São Dimas (São João del Rei - MG). III Encontro

da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Ambiente e Sociedade, **Anais...**, Brasília, 2006.

CARNEIRO, Maria J.; BRAGA, Carolina. De “terra de trabalho” à “terra de proteção”: sobre as transformações no uso do solo e as disputas simbólicas na Mata Atlântica, Rio de Janeiro. XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, **Anais...**, Campinas, 2003.

CARVALHO, Isabel. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

FLORIT, Luciano. **A reinvenção social do natural**: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. 176 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *In*: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**, Petrópolis (RJ). 2000.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.

HILGARTNER, Stephen & BOSK, Charles L. The Rise and Fall of Social Problems: a Public Arenas Model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, p.53-78. DATA?

LOPES, José S. L.; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

LOPES, José S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. 291 p.

MOSCOVICI, Serge. Des representations collectives aux representations sociales. *In*: JODELET, Denise. (Org.). **Les representations sociales**. Paris: PUF, 1989.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. Une notion clef des sciences humaines. **Sciences Humaines**, nº 27, p.16-8, avril, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336 p.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005. 287p.